CAU/ES Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO-RESERVA EM EMPREGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO (CAU-ES)

EDITAL Nº 01 DO CONCURSO PÚBLICO 01/2023 – CAU-ES – NORMATIVO

101	102	
Analista Técnico	Analista de Fiscalização	Data da prova: Domingo, 24/9/2023

INSTRUÇÕES

- Você recebeu do fiscal:
  - 1 (um) caderno contendo as provas objetiva e discursiva. A prova objetiva é composta por 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta;
  - 1 (uma) folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
  - 1 (uma) folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Amigos distantes, abrace-os.

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de provas, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer as provas objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início das provas, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva, o caderno de provas e retirar-se da sala.
- Somente quando faltar 1 (uma) hora para o término do tempo fixado para realização das provas, você poderá deixar o local levando consigo o caderno de provas.
- Após o término das provas, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada, e a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação das provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhum momento das provas.

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "U"

Realização iades

PROVA OBJETIVA

SIGLAS UTILIZADAS NA PROVA

CAU/BR: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
CAU/ES: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo
CAU/UF: Conselho de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do DF
CAU: Conselho de Arquitetura e Urbanismo

CONHECIMENTOS GERAIS
Questões de 1 a 30

LÍNGUA PORTUGUESA
Questões de 1 a 10

QUESTÃO 1

Desse modo, Élio Vianna mostrou coerência com sua experiência pregressa e com sua vontade de atuar em prol da modernização cultural regional. Ele foi intransigente acerca da defesa de uma "arquitetura social em benefício da coletividade" e ao apresentar argumentos contra seus desafetos: o tradicionalismo e o conservadorismo.

MIRANDA, Clara Luiza. *A arquitetura moderna brasileira*: experiência e expectativa de modernização do Espírito Santo. Seminário Docomomo Brasil, v. 9, 2011. p, 7, com adaptações.

A palavra sublinhada no texto pode ser substituída, sem que haja prejuízo ao sentido original, por

(A) **futura**.
(B) **anterior**.
(C) **posterior**.
(D) **consecutiva**.
(E) **duradoura**.

QUESTÃO 2

Élio Vianna ocupou-se, nos anos de 1950, da problemática da arquitetura de edifícios educacionais e elaborou várias teses acerca da educação. Ele procurava adequar o projeto dos edifícios educacionais aos métodos pedagógicos mais modernos, distanciando-se dos métodos que vigoravam naquele tempo, que materializavam o que Vianna denomina de "escola presídio". Nessa lida, sua ação cultural se converteu em política social. Tal qual arquitetos da Arquitetura Moderna Brasileira cuja ação cultural se converte em ação cultural estabelecendo a ponte entre renovação cultural e reforma da sociedade, entre a modernidade e a modernização do País.

MIRANDA, Clara Luiza. *A arquitetura moderna brasileira*: experiência e expectativa de modernização do Espírito Santo. Seminário Docomomo Brasil, v. 9, 2011. p, 7, com adaptações.

A forma verbal sublinhada no texto está classificada, de acordo com o tempo e o modo verbal, em

(A) presente do indicativo.
(B) futuro do subjuntivo.
(C) futuro do presente do indicativo.
(D) pretérito perfeito do indicativo.
(E) pretérito imperfeito do indicativo.

Área livre

QUESTÃO 3

Tipologias, materiais e técnicas construtivas da Arquitetura urbana do café, produzida em Muqui, sul do estado do Espírito Santo, entre os anos de 1918 (final da Primeira Guerra Mundial) e 1976 (após o Programa de Erradicação dos Cafeeiros Improdutivos) são objetos deste estudo. Em função de diversos determinantes históricos, o município teve boa parte de seu acervo arquitetônico urbano e rural preservado, sendo que, somente a partir do ano de 1998, foi iniciado um processo de gestão patrimonial local. Para a compreensão da Arquitetura, discutiremos a economia do café e seus reflexos na formação da cidade de Muqui, buscando compreender sua importância no contexto regional e nacional. A partir deste estudo, foi possível dividir a Arquitetura remanescente em quatro períodos distintos de evolução e, posteriormente, classificá-la de acordo com suas características tipológicas. A pesquisa tem como base o levantamento cadastral de 35 dos 45 imóveis estudados, aliado ao conhecimento prévio de todos os 272 imóveis de interesse de preservação remanescentes na cidade, atualmente tombada pelo Conselho Estadual de Cultura. A partir dela, foi possível classificar os materiais e as técnicas construtivas de forma descritiva e analítica, o que poderá contribuir para a melhoria no processo de gestão do patrimônio local.

HAUTEQUESTT FILHO, Genildo Coelho. *Arquitetura urbana do café em Muqui-ES*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Espírito Santo, 2011, com adaptações.

Quanto aos tipos e gêneros textuais, o texto apresentado é classificado como

(A) resumo, pertencente aos tipos/gêneros acadêmicos.
(B) reportagem, pertencente aos tipos/gêneros jornalísticos.
(C) verbete, pertencente aos tipos/gêneros informativos.
(D) resenha, pertencente aos tipos/gêneros informativos.
(E) fichamento, pertencente aos tipos/gêneros acadêmicos.

Área livre

QUESTÃO 4

A arquitetura de Muqui comprova a tese de Reis Filho da não existência, por parte do homem da época, de preferências de padrões estéticos estabelecidos, por isso a diversidade da Arquitetura produzida na época. O que pudemos observar no estudo das edificações é que, independentemente da tipologia da casa, seja ela térrea residencial, térrea mista ou sobrado, as mudanças na maneira de morar, no período de 1919 a 1970, foram muito pequenas.

HAUTEQUESTT FILHO, Genildo Coelho. *Arquitetura urbana do café em Muqui-ES*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Espírito Santo, 2011, com adaptações.

Assinale a alternativa que apresenta a reescrita do trecho sublinhado sem prejuízo ao sentido original e sem erro gramatical ou modificação do tempo verbal.

(A) O que podemos observar no estudo das edificações é que, independentemente da tipologia da casa, seja ela térrea residencial, térrea mista ou sobrado, as mudanças na maneira de morar, no período de 1919 a 1970, foram muito pequenas.
(B) O que pudemos observar no estudo das edificações é que, independentemente da tipologia da casa, seja ela terrea residencial, terrea mista ou sobrado, as mudanças na maneira de morar, no período de 1919 a 1970, foram muito pequenas.
(C) O que pudemos observar no estudo das edificações é que, independentemente da tipologia da casa, seja ela térrea residencial, térrea mista ou sobrado, as mudanças na maneira de morar, no periodo de 1919 a 1970, foram muito pequenas.
(D) O que foi possível observar no estudo das edificações é que, independentemente da tipologia da casa, seja ela térrea residencial, térrea mista ou sobrado, as mudanças na maneira de morar, no período de 1919 a 1970, foram muito pequenas.
(E) O que é possível observar no estudo das edificações é que, independentemente da tipologia da casa, seja ela térrea residencial, térrea mista ou sobrado, as mudanças na maneira de morar, no período de 1919 a 1970, foram muito pequenas.

Texto para responder às questões 5 e 6.

Em vista da proeminência dos jesuítas como aristocracia intelectual e cultural da Colônia, e do consequente interesse de seus monumentos, a destruição e desfiguração em larga escala que os atingiu são uma perda lastimável para o patrimônio brasileiro.

Contudo, em certos casos, foram preservadas plantas, elevações e vistas de obras que depois se perderam ou foram modificadas a ponto de ficarem irreconhecíveis. O Arquivo Militar do Rio de Janeiro, em particular, conserva uma coleção de desenhos setecentistas das construções dos jesuítas no Brasil, feitos por engenheiros militares portugueses, que foram exaustivamente estudados por Robert C. Smith.

BURY, John. *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira (org.). Brasília, DF: IPHAN/MONUMENTA, 2006, p. 68, com adaptações.

QUESTÃO 5

A palavra "Contudo", linha 6, sublinhada no texto pode ser substituída, sem prejuízo ao sentido original do texto, por

(A) **Porém**.
(B) **Mais**.
(C) **Além disso**.
(D) **Portanto**.
(E) **Então**.

QUESTÃO 6

O trecho sublinhado nas linhas 12 e 13 retoma, textualmente, a expressão

(A) "O Arquivo Militar do Rio de Janeiro" (linhas 8 e 9).
(B) "feitos por engenheiros militares portugueses" (linhas 11 e 12).
(C) "uma coleção de desenhos setecentistas das construções dos jesuítas no Brasil" (linhas de 9 a 11).
(D) "uma coleção" (linhas 9 e 10).
(E) "conserva" (linha 9).

QUESTÃO 7

Na segunda metade da década de 1980, o curso de Arquitetura e Urbanismo deu os primeiros passos no campo da pesquisa de modo sistemático, sendo possível nominar o estudo de Sarah Santos acerca da habitação social na Grande Vitória, abordando a política habitacional, o parcelamento do solo, os modelos construtivos e a respectiva implantação, como a primeira pesquisa a respeito do tema, estabelecendo vínculos entre forma urbana e questões políticas e sociais. Vitória, além de capital, era o núcleo de uma aglomeração urbana, conurbada com quatro outros municípios vizinhos, que, entre 1955 e 1985, passaram por intenso processo de urbanização.

BOTECHIA, Flavia Ribeiro; MENDONÇA, Eneida Maria Souza; PEGORETTI, Michela Sagrillo. O estudo da forma urbana no Espírito Santo. urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 12, p. e20190273, 2020, p. 3, com adaptações.

As palavras sublinhadas no texto são classificadas, respectivamente, como

(A) numeral, artigo e verbo.
(B) substantivo, artigo e substantivo.
(C) numeral, pronome e substantivo.
(D) numeral, pronome e verbo.
(E) substantivo, artigo e verbo.

Área livre

QUESTÃO 8

Foi e ainda se faz importante a publicação de Del Rio, *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*, que, sob o subtítulo de Morfologia urbana, como uma das categorias de análise e projeto recomendadas, trata do tema em suas diversas escalas, sempre associando a abordagem analítica à projetual.

BOTECHIA, Flavia Ribeiro; MENDONÇA, Eneida Maria Souza; PEGORETTI, Michela Sagrillo. O estudo da forma urbana no Espírito Santo. urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 12, p. e20190273, 2020, p. 4.

A palavra sublinhada no texto é classificada como

(A) artigo.
(B) preposição.
(C) conjunção.
(D) adjetivo.
(E) substantivo.

QUESTÃO 9

A circunstância de se ter iniciado a ação da Companhia em fins do Renascimento, quando os primeiros sintomas do Barroco já se faziam sentir, e de se desenvolverem, depois, os dois movimentos paralelamente, levou alguns críticos a pretenderem englobar, sob a denominação comum de "arte jesuítica", todas as manifestações de arte religiosa dos séculos 17 e 18. Ora, as transformações por que passou a Arquitetura religiosa, juntamente com a civil, durante esse longo período, obedeceram a um processo evolutivo normal, de natureza, por assim dizer, fisiológica.

COSTA, Lúcio. *A arquitetura dos jesuítas no Brasil*. ARS. São Paulo, v. 8, 2010, p. 128, com adaptações.

O verbo sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo ao sentido original do texto, por

(A) **fixar**.
(B) **tipificar**.
(C) **rotular**.
(D) **abranger**.
(E) **excetuar**.

QUESTÃO 10

Ora, as transformações por que passou a Arquitetura religiosa, juntamente com a civil, durante esse longo período, obedeceram a um processo evolutivo normal, de natureza, por assim dizer, fisiológica.

COSTA, Lúcio. *A arquitetura dos jesuítas no Brasil*. ARS. São Paulo, v. 8, 2010, p. 128, com adaptações.

O termo sublinhado representa, no período ao qual se refere, um

(A) complemento nominal.
(B) aposto.
(C) sujeito.
(D) objeto direto.
(E) objeto indireto.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO
Questões de 11 a 15

QUESTÃO 11

Em uma reunião do Conselho de Exercício Profissional do CAU/BR, estão presentes arquitetos e urbanistas. Se 2 arquitetos saírem da reunião, o número de arquitetos e de urbanistas ficará igual, porém se 1 urbanista sair da reunião, o número de arquitetos será o dobro do número de urbanistas. Quantos arquitetos estão presentes nessa reunião?

(A) 3
(B) 4
(C) 5
(D) 6
(E) 7

QUESTÃO 12

Para uma visita de inspeção técnica, será constituída uma comissão com 1 arquiteto e 1 urbanista, representantes do CAU/BR. Se há 6 arquitetos e 4 urbanistas disponíveis para compor a comissão, quantas comissões distintas poderão ser formadas?

(A) 10
(B) 15
(C) 24
(D) 36
(E) 40

QUESTÃO 13

Em determinada reunião do CAU/BR, o número de urbanistas presentes era um quinto do número de arquitetos. Se um dos presentes for escolhido ao acaso, qual é a probabilidade de ele ser urbanista?

(A) $\frac{1}{5}$

(B) $\frac{1}{6}$

(C) $\frac{2}{5}$

(D) $\frac{5}{5}$

(E) $\frac{1}{2}$

Área livre

QUESTÃO 14

Em certa eleição com dois candidatos, o candidato que obteve 30% dos votos foi derrotado por 15.000 votos. Qual é o número de votos obtidos pelo candidato vencedor?

(A) 37.500
(B) 30.000
(C) 26.250
(D) 15.600
(E) 11.250

QUESTÃO 15

Considere a seguinte proposição, que tem valor lógico falso: "Se Maria é arquiteta, então Madalena é urbanista." Qual das proposições a seguir tem valor lógico verdade?

(A) Madalena é urbanista.
(B) Maria não é arquiteta.
(C) Maria é arquiteta e Madalena é urbanista.
(D) Maria não é arquiteta e Madalena é urbanista.
(E) Madalena não é urbanista.

Área livre

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Questões de 16 a 20

QUESTÃO 16

Todo computador na internet é univocamente identificado por uma sequência de 12 números agrupados em quatro sequências de três números. Essa sequência numérica determina a localização da máquina em uma rede e é denominada

(A) DNS.
(B) endereço IP.
(C) certificado.
(D) MAC address.
(E) HTTP.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa correspondente à ferramenta do sistema operacional Windows que permite o ajuste e as configurações do computador.

(A) Microsoft Edge
(B) Windows Explorer
(C) Gerenciador de dispositivos
(D) Área de trabalho
(E) Painel de controle

QUESTÃO 18

A planilha a seguir, elaborada no aplicativo Microsoft Excel em sua versão mais recente, indica o orçamento de reforma a ser executada em determinado escritório. A gerência avalia a aquisição de uma cafeteira, que somente será possível se o saldo no caixa, após a reforma e a compra de materiais, for superior a R$ 2.000,00. A resposta a essa avaliação será apresentada na célula B7.

	A	B
1	Valor disponível em caixa	R$ 18.000,00
2	Fiação elétrica	R$ 5.000,00
3	Vidraçaria	R$ 3.500,00
4	Pintura	R$ 2.000,00
5	Decoração	R$ 4.500,00
6	Compra de material	?
7	Comprar cafeteira?	?

Considerando que o custo de material corresponde a 40% do valor restante após a reforma, assinale a alternativa correta.

(A) O valor gasto na compra de materiais é igual a R$ 1.500,00.
(B) Se aplicada na célula B7, a fórmula = SE (B6 > 2000; "SIM"; "NÃO") responde corretamente à pergunta referente à possibilidade de aquisição da cafeteira.
(C) A fórmula = (B1 – SOMA (B2:B5))*40% resulta no valor correto para B6.
(D) Para se adquirir a cafeteira, o valor máximo gasto na compra de materiais deve ser igual a R$ 1.200,00.
(E) A gerência poderá comprar a cafeteira.

QUESTÃO 19

Na infraestrutura de rede de uma organização, uma zona desmilitarizada (DMZ) é implementada com o intuito de

(A) atuar como uma camada intermediária entre a internet e a rede interna da organização.
(B) bloquear o tráfego dos dados internos da rede para o ambiente externo.
(C) armazenar os arquivos e bancos de dados da organização.
(D) disponibilizar instâncias de serviços de nuvem para execução em ambiente externo.
(E) servir como ambiente de testes e *deploys* de homologação.

QUESTÃO 20

A solução de segurança que tem a responsabilidade de filtrar tráfego entre os ambientes interno e externo a uma organização denomina-se

(A) antivírus.
(B) criptografia.
(C) VPN.
(D) anti-spyware.
(E) firewall.

Área livre

LEGISLAÇÃO APLICADA AO CAU/ES
Questões de 21 a 30

QUESTÃO 21

Acerca da Comissão Eleitoral do CAU/ES (CE-CAU/ES), com base no Regimento Interno do referido Conselho, assinale a alternativa correta.

(A) Caracteriza-se por ser um órgão consultivo do CAU/ES.
(B) É uma comissão permanente do CAU/ES.
(C) O presidente do CAU/ES é competente para deliberar sobre a instituição da CE.
(D) As competências da CE-CAU/ES são regulamentadas por atos normativos do CAU/BR.
(E) O CE-CAU/ES deve ser composto exclusivamente por membros indicados pelo presidente do CAU/ES.

QUESTÃO 22

No que se refere ao conselheiro do CAU/ES, segundo o respectivo Regimento Interno, assinale a alternativa correta.

(A) Sempre que for necessário, o conselheiro titular deve participar como membro convidado de comissão temporária em autarquia diferente daquela na qual exerce o mandato, independentemente de justificativa.
(B) Ao conselheiro é facultado ser membro de comissão ordinária.
(C) O conselheiro titular tem a prerrogativa de ter voz e voto nas reuniões dos órgãos colegiados de que seja membro e para as quais tenha sido regularmente convocado.
(D) O conselheiro titular tem a prerrogativa de assumir cargo ou função no CAU/BR no período de seu mandato.
(E) O conselheiro perderá o mandato se faltar a qualquer reunião de forma injustificada.

QUESTÃO 23

Em relação às reuniões plenárias, segundo o previsto no Regimento Interno do CAU/ES, assinale a alternativa correta.

(A) Apenas as reuniões plenárias extraordinárias podem ser realizadas de maneira virtual.
(B) Em regra, as reuniões plenárias são sigilosas.
(C) As reuniões plenárias ordinárias devem ser realizadas com intervalo mínimo de três meses.
(D) As pautas das reuniões plenárias serão propostas pelo Conselho Diretor.
(E) As reuniões plenárias extraordinárias serão realizadas mediante justificativa e pauta predefinida.

Área livre

QUESTÃO 24

Quanto ao pedido de vista referente a matéria submetida à apreciação do Plenário, assinale a alternativa correta.

(A) O conselheiro que pediu vista deverá devolver o processo preferencialmente na mesma reunião plenária.
(B) O conselheiro que participou, em comissão, da apreciação e deliberação da matéria detém prioridade para pedir vista no Plenário.
(C) Para serem aceitos, os pedidos de vista devem ser solicitados por escrito.
(D) A matéria caracterizada como urgente não poderá ser objeto de pedido de vista.
(E) Todos os pedidos de vista devem ser concedidos e analisados concomitantemente.

QUESTÃO 25

A competência para "propor, apreciar e deliberar sobre indicadores estratégicos de caráter educacional e de formação para subsidiar a revisão do Planejamento Estratégico do CAU, a ser encaminhados ao CAU/BR", é da Comissão

(A) Eleitoral do CAU/ES.
(B) de Exercício Profissional do CAU/ES.
(C) de Ética, Disciplina, Ensino e Formação do CAU/ES.
(D) de Planejamento, Finanças e Atos Normativos do CAU/ES.
(E) de Organização e Administração do CAU/ES.

QUESTÃO 26

A respeito do pedido de revisão da deliberação plenária de que resultarem sanções, assinale a alternativa correta.

(A) O pedido de revisão tem efeito suspensivo.
(B) O presidente, ao julgar procedente o pedido de revisão, deverá anular o inteiro teor da deliberação exarada.
(C) O pedido de revisão deve ser encaminhado pela parte interessada, por escrito ou oralmente, ao Plenário do CAU/ES.
(D) Para ser cabível o pedido de revisão, a parte interessada tem que apresentar fatos novos ou circunstâncias relevantes que justifiquem a inadequação da sanção.
(E) O pedido de revisão pode ensejar agravamento da sanção.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa que apresenta uma competência do Conselho Diretor do CAU/ES.

(A) Informar ao Plenário do CAU/ES o licenciamento ou a renúncia de conselheiro.
(B) Assinar certificados conferidos pelo CAU/ES.
(C) Propor e deliberar acerca de convênios, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação e memorandos de entendimento.
(D) Determinar a cobrança administrativa de créditos devidos ao CAU/ES.
(E) Promover a elaboração de relatórios públicos das atividades realizadas pelo CAU/ES.

QUESTÃO 28

No que concerne às regras previstas no Regimento Interno do CAU/ES, para apreciação de matéria constante da ordem do dia, assinale a alternativa correta.

(A) Não será permitido, durante a discussão, o uso da palavra ao conselheiro em suspeição.
(B) Durante o relato da matéria em apreciação, é permitido aparte.
(C) O conselheiro relator terá o direito de fazer uso da palavra sempre que houver necessidade, inclusive depois de encerrada a discussão.
(D) É competência do conselheiro relator abrir a discussão.
(E) Na apreciação de matéria constante da ordem do dia, cada conselheiro tem o direito de fazer uso da palavra pelo tempo de cinco minutos consecutivos, por uma única vez, acerca da matéria em discussão.

QUESTÃO 29

Conforme o disposto no Regimento Interno do CAU/ES a respeito da Coordenação das Comissões Ordinárias, assinale a alternativa correta.

(A) A recondução aos cargos de coordenadores de Comissões Ordinárias é vedada.
(B) Os coordenadores de Comissão Ordinária serão membros do Conselho Diretor.
(C) Um mesmo conselheiro pode ser coordenador de mais de uma Comissão Ordinária.
(D) A eleição para escolha dos coordenadores e dos coordenadores-adjuntos de Comissões Ordinárias será secreta.
(E) Em caso de empate na votação para escolha dos coordenadores de Comissões Ordinárias, caberá ao presidente do CAU/ES proferir o voto de desempate.

QUESTÃO 30

Consoante o que determina o Regimento Interno no tocante às Comissões Temporárias do CAU/ES, assinale a alternativa correta.

(A) As Comissões Temporárias devem ser supervisionadas pelo Plenário do CAU/ES.
(B) Não poderá ser formada Comissão Temporária para tomada de contas especial.
(C) O prazo de funcionamento das Comissões Temporárias é de um ano, não sendo possível a prorrogação.
(D) As Comissões Temporárias poderão ser assistidas por consultoria externa, mediante indicação do órgão proponente e dotação orçamentária.
(E) As propostas de constituição de Comissões Temporárias para a realização de auditorias estão dispensadas de apresentar justificativa para a respectiva criação.

Área livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Questões de 31 a 60

QUESTÃO 31

A Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade – dispõe que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Em relação às diretrizes gerais da política urbana, assinale a alternativa correta.

(A) A garantia do direito a cidades sustentáveis constitui diretriz entendida como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer tão somente para as presentes gerações.
(B) A gestão democrática constitui diretriz por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.
(C) A cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização é diretriz de atendimento ao interesse individual de cada ator político.
(D) O planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob a sua área de influência constitui diretriz para permitir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos positivos no meio ambiente.
(E) A ordenação e o controle do uso do solo apresentam-se como diretriz para permitir a utilização inadequada dos imóveis urbanos.

QUESTÃO 32

Como diretriz de política urbana, a Lei nº 11.888/2008 assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte inclusiva do direito social à moradia. Nesse contexto, os serviços de assistência técnica, objeto de convênio ou de termo de parceria com a União, um estado, o Distrito Federal (DF) ou um município, devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia que atuem como

(A) servidores públicos da União, dos estados, do DF ou dos municípios.
(B) integrantes de equipes de organizações não governamentais com fins lucrativos.
(C) profissionais inscritos em programas de residência acadêmica, exclusivamente em engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios modelos ou escritórios públicos com atuação na área.
(D) profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, selecionados e contratados pela União, por estado, pelo DF ou por município, sem necessidade de credenciamento prévio.
(E) gestores de organizações internacionais, que podem ser contratados diretamente, sem prévio credenciamento na União, nos estados, no DF ou nos municípios.

QUESTÃO 33

Nos processos administrativos regidos pela Lei nº 9.784/1999, serão observados, entre outros, os critérios de

(A) atendimento a fins de interesse pessoal, permitida a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, conforme autorização em lei.
(B) subjetividade no atendimento do interesse público, permitida a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
(C) atuação dissonante dos padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
(D) atuação conforme a lei e o direito.
(E) divulgação oficial dos atos administrativos, incluídas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.

QUESTÃO 34

Assinale a alternativa que apresenta uma das diretrizes a serem observadas pela estruturação, organização e atuação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

(A) Ausência de prioridade para planos, programas e projetos habitacionais dirigidos à população de menor renda, sem interação nos âmbitos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.
(B) Emprego normal de incentivo ao aproveitamento de áreas dotadas de infraestrutura, já utilizadas e inseridas na malha urbana.
(C) Utilização normal de terrenos de propriedade do poder público para a implantação de projetos habitacionais de interesse individual.
(D) Inexigência de sustentabilidade econômica, financeira e social dos programas e projetos implementados.
(E) Incentivo à implementação dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia.

QUESTÃO 35

De acordo com a Lei nº 12.587/2012, promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades constitui-se um(a) dos(as)

(A) princípios da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
(B) objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
(C) diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
(D) infraestruturas da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
(E) serviços de transporte urbano da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Área livre

QUESTÃO 36

Em conformidade com os termos da Lei nº 12.608/2012, assinale a alternativa que corresponde a um objetivo da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

(A) Dispensar o monitoramento dos eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres.
(B) Delegar a identificação e a avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres para a iniciativa privada.
(C) Estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização.
(D) Delegar à iniciativa privada a produção de alertas antecipados acerca da possibilidade de ocorrência de desastres naturais.
(E) Desestimular o ordenamento da ocupação do solo urbano e rural, tendo em vista a conservação e a proteção da vegetação nativa, dos recursos hídricos e da vida humana.

QUESTÃO 37

A respeito da organização administrativa, da centralização, da desconcentração e da descentralização administrativa, assinale a alternativa correta.

(A) A descentralização ocorre quando o Estado desempenha suas funções de forma indireta, podendo realizar-se tanto por outorga como por delegação.
(B) A centralização ocorre quando há distribuição de competências dentro de uma mesma pessoa jurídica.
(C) A desconcentração ocorre quando o Estado desempenha suas funções de forma indireta, podendo decorrer tanto por outorga como por delegação.
(D) A centralização ocorre quando o Estado desempenha suas funções de forma indireta, podendo acontecer tanto por outorga como por delegação.
(E) A descentralização ocorre quando o Estado desempenha suas funções de forma direta.

QUESTÃO 38

Suponha que um analista de fiscalização, no exercício das atividades fiscalizatórias a ele atribuídas, em uma primeira visita técnica de fiscalização, passe a fazer exigências não previstas nos regramentos, aplicando penalidades ao profissional. E em visita a outro profissional devidamente habilitado, por questões de inimizade, o analista busque finalidade diversa do interesse público.

Com base no caso apresentado, tendo em vista os poderes administrativos e as classificações de abuso de poder, assinale a alternativa correta.

(A) Em ambos os casos, ele agiu com excesso de poder.
(B) No primeiro caso, ele agiu com excesso de poder, ao passo que, no segundo, com desvio de finalidade.
(C) Em ambos os casos, ele agiu com desvio de finalidade.
(D) No primeiro caso, ele agiu com desvio de finalidade, enquanto, no segundo, com excesso de poder.
(E) No primeiro caso, ele agiu dentro da legalidade e, no segundo, com excesso de poder.

QUESTÃO 39

Quando o ato administrativo é extinto em decorrência de norma jurídica posterior que o impeça de continuar existindo, tem-se a extinção pela

(A) renúncia.
(B) contraposição.
(C) revogação.
(D) anulação.
(E) caducidade.

QUESTÃO 40

No que concerne à modalidade de contrato administrativo prevista na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

(A) Os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a lavratura, o número do processo da licitação ou da contratação direta e a sujeição dos contratantes às normas e às cláusulas contratuais são informações opcionais do contrato.
(B) Somente os contratos de grande vulto serão regulados pelas próprias cláusulas e pelos preceitos de direito público, devendo mencionar apenas os nomes das partes e os dos respectivos representantes, bem como a finalidade a que se destina.
(C) Todos os contratos serão regulados pelas próprias cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
(D) Todo contrato deverá mencionar apenas os nomes das partes e os de seus representantes, bem como a finalidade a que se destina.
(E) Os contratos deverão estabelecer, com clareza e precisão, apenas quanto às obrigações do contratado, as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades.

QUESTÃO 41

A ABNT elaborou a norma técnica NBR 16280:2014, que trata de reformas em unidades condominiais e também nas áreas comuns de edificações brasileiras. No escopo, a norma estabelece os requisitos para os sistemas de gestão de controle de processos, projetos, execução e segurança, incluindo meios principalmente para

(A) a prevenção que garante a perda de desempenho decorrente das ações de intervenção gerais ou pontuais nos componentes da edificação.
(B) planejamento, projetos e análises técnicas de implicações da reforma na edificação.
(C) evitar a alteração das características originais da edificação ou das respectivas funções.
(D) dispensa da descrição das características da execução das obras de reforma.
(E) supervisão técnica dos processos e das obras que se aplicam, preferencialmente, às reformas de edificações urbanas.

QUESTÃO 42

Conforme a NBR 16280, que trata de reforma em edificações, sistema de gestão de reformas e requisitos, após as obras de reforma, o responsável legal pela edificação deve

(A) receber o termo de abertura das obras segundo o plano aprovado elaborado pelo executante e por seu profissional habilitado.
(B) devolver ao executante das obras toda a documentação oriunda da reforma.
(C) manter as autorizações para entrada e circulação de insumos e de prestadores de serviço da obra, para eventualidades.
(D) receber o manual atualizado, nos termos da ABNT NBR 14037.
(E) devolver ao executante o termo de encerramento das obras por ele emitido.

QUESTÃO 43

A NBR 9050:2020 (4. ed., de 3/8/2020), define, no título 4, os parâmetros antropométricos a serem considerados e que servirão como referenciais para o deslocamento de pessoas em pé ou em cadeira de rodas (PCR). De acordo com os termos dessa norma, assinale a alternativa que apresenta as medidas mínimas necessárias para a manobra de cadeira de rodas sem deslocamento.

(A) Para rotação de 90°, uma figura quadrada de 1,00 m × 1,00 m.
(B) Para rotação de 90°, uma figura quadrada de 1,20 m × 1,20 m.
(C) Para rotação de 180°, uma figura retangular de 1,80 m × 1,50 m.
(D) Para rotação de 360°, círculo com diâmetro de 1,30 m.
(E) Para rotação de 360°, círculo com diâmetro de 1,40 m.

QUESTÃO 44

A NBR 9050:2020, que trata da *acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*, apresenta, em seu escopo, os critérios e parâmetros que resumem sua função técnica e social.

Acerca dos critérios e parâmetros técnicos da NBR 9050:2020, assinale a alternativa correta.

(A) Essa norma estabelece que se observem critérios e parâmetros técnicos específicos da acessibilidade por ocasião do projeto, da construção, da instalação e da adaptação, exclusivamente das edificações comerciais urbanas e rurais.
(B) Na redação da citada norma, foram consideradas exclusivamente as condições de mobilidade, as quais são aquelas que perpassam a percepção do ambiente, com ou sem a ajuda sensorial e (ou) de aparelhos específicos (próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar as necessidades individuais).
(C) As regras e os parâmetros de acessibilidade da referida norma são aplicáveis a todos os ambientes de uma edificação (residencial ou comercial), mesmo que seja de serviço ou de acesso restrito.
(D) As áreas comuns de edificações residenciais de toda ordem devem ter, nos respectivos projetos, a aplicação dos critérios e dos parâmetros técnicos preconizados na mencionada norma e na versão corrigida de 2021.
(E) Apenas os espaços, as edificações, os mobiliários e os equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados e atenderem ao disposto nessa norma técnica serão considerados acessíveis.

QUESTÃO 45

A NBR 9050:2020 dispõe quanto à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. No que tange aos termos e às abreviaturas definidos no título 3, capítulo 3.1 e subcapítulos da citada norma, assinale a alternativa correta.

(A) Faixa elevada é a elevação do nível do leito carroçável, composta por área plana elevada, sinalizada com faixa para travessia de pedestres e rampa de transposição para veículos, destinada a nivelar o leito carroçável às calçadas em ambos os lados da via.
(B) Área de aproximação é o espaço com obstáculos, que é destinado a garantir manobra, deslocamento e aproximação de todas as pessoas, para utilização de mobiliário ou elemento com autonomia e segurança.
(C) Área de transferência é o espaço com obstáculos, correspondente, no mínimo, a um módulo de referência, a ser utilizado para transferência, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, observando-se as áreas de circulação e manobra.
(D) Acessibilidade é a possibilidade e a condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação, comunicação e instalações abertas ao público, de uso coletivo, das zonas urbanas, com exclusividade, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
(E) Fatores de impedância são elementos ou condições que não podem interferir no fluxo de pedestres, como, por exemplo, mobiliário urbano, entradas de edificações junto ao alinhamento, vitrines junto ao alinhamento, vegetação e postes de sinalização, entre outros.

Área livre

QUESTÃO 46

A NBR 9050:2020 versa acerca de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e, em seu título 3, capítulo 3.1, subcapítulo 3.1.16, define desenho universal como a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva. Em relação aos pressupostos de desenho universal, assinale a alternativa correta.

(A) Uso equitativo é a característica do ambiente ou elemento espacial que faz com que ele não possa ser utilizado por diversas pessoas, independentemente de idade ou habilidade.
(B) Uso flexível é a característica que faz com que o ambiente ou elemento espacial atenda a uma pequena parte das preferências e habilidades das pessoas.
(C) Uso simples e intuitivo é a característica do ambiente ou elemento espacial que possibilita que a sua utilização seja de fácil compreensão, dispensando, para tal, experiência, conhecimento, habilidades linguísticas ou grande nível de concentração por parte das pessoas.
(D) Tolerância ao erro é a característica que impossibilita que se minimizem os riscos e as consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais na utilização do ambiente ou elemento espacial.
(E) Quanto a dimensão e espaço para aproximação e uso, segundo essa característica, o ambiente ou elemento espacial não deve ter dimensão e espaço apropriados para aproximação, alcance, manipulação e uso, independentemente de tamanho de corpo, postura e mobilidade do usuário.

QUESTÃO 47

Segundo a NBR 16280:2014, que aborda reforma em edificações, sistemas de gestão de reforma e requisitos, cabe ao proprietário de unidade autônoma de condomínio

(A) encaminhar ao responsável legal da edificação o plano de reforma, ao final da obra.
(B) diligenciar para que, durante as obras, a reforma seja realizada dentro dos preceitos da segurança e para que atenda a todos os regulamentos.
(C) encaminhar, até o final das obras, a documentação necessária que comprove o atendimento à legislação vigente, à normalização e aos regulamentos para a realização de reformas.
(D) atualizar, até o início das obras, o conteúdo do manual de uso, operação e manutenção do edifício e o manual do proprietário, nos pontos em que as reformas interfiram, conforme os termos da NBR 14037.
(E) garantir, até o início das obras, no caso de inexistência do manual do proprietário da edificação reformada e de regras que regulem os serviços propostos, que as intervenções que compõem a reforma sejam executadas como proposto no projeto elaborado conforme a NBR 14037.

Área livre

QUESTÃO 48

Em conformidade com a NBR 16280:2014, cujo tema refere-se a reforma em edificações, sistema de gestão de reformas e requisitos, assinale a alternativa correspondente a atividade que pode ser realizada apenas por profissional devidamente habilitado.

(A) Construção ou demolição de paredes e divisórias
(B) Substituição dos revestimentos de pisos
(C) Abertura ou fechamento de vãos nas paredes de gesso acartonado
(D) Alteração nas instalações elétricas, não podendo ser alteradas as hidráulicas e sanitárias
(E) Instalação de mobiliário móvel e de decoração

QUESTÃO 49

Considerando que o art. 9º da Resolução CAU/BR nº 198/2020 define quais são as atividades que competem ao agente de fiscalização, assinale a alternativa que indica três atividades privativas da competência dos agentes de fiscalização.

(A) Coibição do exercício ilegal ou irregular da Arquitetura e Urbanismo; comprovação do atendimento aos atos normativos do CAU e da ABNT; comprovação do atendimento às normas aplicáveis ao exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo.
(B) Monitoramento dos resultados e dos indicadores estabelecidos nos planos de ação; planejamento, organização, execução e supervisão das atividades do setor de fiscalização; e organização e distribuição das atividades de fiscalização entre os agentes de fiscalização.
(C) Emissão e assinatura dos autos de infração; exercício das atribuições do art. 8º nos casos de falta ou de impedimento do analista de fiscalização; acompanhar os prazos.
(D) Elaboração do termo de constatação na forma do art. 25; controle e triagem de correspondência específica da fiscalização; e execução de todas as demais tarefas inerentes às atividades de fiscalização de acordo com os atos normativos do CAU.
(E) Elaboração e assinatura do relatório de fiscalização; lavratura e assinatura dos autos de infração; e promoção ou atendimento de diligências no procedimento fiscalizatório.

QUESTÃO 50

De acordo com o art. 29 da Resolução CAU/BR nº 198/2020, assinale a alternativa que expressa o conteúdo mínimo das notificações a serem emitidas pelos agentes de fiscalização.

(A) Contrato de prestação de serviço referente à atividade fiscalizada.
(B) Informações que atestem a efetiva participação do responsável técnico na atividade fiscalizada, quando for o caso.
(C) Fotografias da atividade fiscalizada.
(D) Indicação das providências a serem tomadas pela pessoa física ou jurídica notificada para regularizar a situação, quando couber.
(E) Indicação do prazo de 15 dias para que a pessoa física ou jurídica notificada regularize a situação.

QUESTÃO 51

Segundo o art. 78 da Resolução CAU/BR nº 198/2020, a extinção do processo ocorre

(A) diante de qualquer ato inequívoco que importe na apuração dos fatos.
(B) quando não há correspondência entre os fatos descritos no auto de infração e os dispositivos legais nele capitulados.
(C) quando uma das instâncias julgadoras concluir que se exauriu a finalidade do processo, ou a execução da decisão se tornar inviável, inútil ou prejudicada por fato superveniente.
(D) após a eliminação do fato gerador do auto de infração, quando couber, devendo ser verificado pelos setores de fiscalização.
(E) quando for constatada a eliminação do fato gerador do processo e após o pagamento integral do valor da multa.

QUESTÃO 52

A Resolução CAU/BR nº 91/2020 trata da baixa, do cancelamento e da nulidade de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT). A esse respeito, assinale a alternativa correta.

(A) O cancelamento de um RRT ocorrerá quando houver paralisação da atividade técnica.
(B) A baixa parcial do RRT será permitida caso o arquiteto e urbanista necessite baixar RRT constituído por atividade técnica não concluída.
(C) Quando for concluída a atividade técnica de Arquitetura e Urbanismo objeto de RRT, a baixa do registro será obrigatória caso se trate de atividade técnica de criação e elaboração intelectual.
(D) O cancelamento de um RRT significa torná-lo sem efeito, bem como os direitos e os deveres decorrentes do que nele foi registrado.
(E) Quando houver erro ou inexatidão em qualquer um dos dados do RRT, este poderá ser anulado apenas de ofício pelo CAU/UF que o houver registrado.

QUESTÃO 53

A Resolução CAU/BR nº 18/2012 dispõe acerca dos registros definitivos e temporários de profissionais no CAU. Em relação a essa temática, assinale a alternativa correta.

(A) Desde que apresentado o requerimento de registro profissional devidamente instruído, o processo digital será encaminhado à Comissão de Exercício Profissional do CAU/UF para apreciação.
(B) A atualização das informações do profissional no Sistema de Informação e Comunicação do CAU (SICCAU) deve ser requerida nos casos de anotação de outros cursos de graduação realizados no Brasil ou no exterior.
(C) Anotações de curso de pós-graduação deverão ser instruídas com provas de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o serviço militar.
(D) Caso seja necessário confirmar a autenticidade do diploma ou certificado, o CAU/UF solicitará ao profissional a emissão de prova por meio do diploma original.
(E) Apresentado o requerimento de registro profissional devidamente instruído, o processo digital será encaminhado à Comissão Permanente de Ensino e Formação Profissional do CAU/UF para apreciação.

QUESTÃO 54

A Resolução CAU/BR nº 26/2012 trata do registro de arquitetos e urbanistas, brasileiros ou estrangeiros portadores de vistos permanentes, diplomados por instituições estrangeiras, nos CAU/UF e CAU/DF. Com base na referida resolução, assinale a alternativa correta.

(A) O registro concedido ao profissional estrangeiro terá validade de dois anos a partir da data de expedição.
(B) Após deliberação favorável ao registro pela Comissão de Ensino e Formação do CAU/BR, o CAU/UF efetivará o registro do interessado no Sistema de Informação e Comunicação do CAU (SICCAU).
(C) Quando concluída a conferência e a compilação, o processo eletrônico deverá ser encaminhado para análise e apreciação da Comissão Ordinária de Exercício Profissional do CAU/UF.
(D) A revalidação dos diplomas de graduação expedidos por instituições de ensino superior estabelecidas nos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) é dispensada.
(E) A tradução dos documentos mencionados no § 5º será requisitada quando emitidos em língua espanhola.

QUESTÃO 55

De acordo com o disposto na Resolução CAU/BR nº 28/2012, acerca do registro, da alteração e da baixa do registro de pessoa jurídica de Arquitetura e Urbanismo nos CAU/UF, assinale a alternativa correta.

(A) A interrupção, por tempo indeterminado, do registro de pessoa jurídica que não estiver no exercício de suas atividades é facultada, desde que atenda às seguintes condições: não possuir registro de responsabilidade técnica em aberto e não estar respondendo a processo no âmbito do CAU.
(B) A baixa do registro de pessoa jurídica somente será efetuada caso encontre-se em dissolução da pessoa jurídica e quando deixar de contar com responsável técnico.
(C) A baixa do registro de pessoa jurídica será efetivada de ofício caso esta tenha sido denunciada na Comissão Ordinária de Ética e Disciplina.
(D) Ao registro inicial de pessoa jurídica deverá ser anexada a seguinte documentação: objetivos sociais, capital social e identificação do arquiteto e urbanista responsável técnico.
(E) A constituição de unidade filial de pessoa jurídica de Arquitetura e Urbanismo não é obrigada ao registro da filial no CAU/UF da localidade da sede desse estabelecimento.

QUESTÃO 56

Em conformidade com a Resolução CAU/BR nº 167/2018, que dispõe acerca das alterações do registro de profissionais nos CAU/UF, assinale a alternativa correta.

(A) O cancelamento do registro profissional efetuado pelo CAU/UF competente decorre de aplicação de sanção de natureza ético-disciplinar, bem como de registro provisório ou temporário no CAU com prazo vencido e sem regularização ou pedido de prorrogação.
(B) Nos casos de suspensão, a pessoa física poderá solicitar reabilitação na forma da regulamentação específica do CAU/BR a respeito do processoético-disciplinar.
(C) O profissional com registro interrompido poderá exercer atividades de Arquitetura e Urbanismo no Brasil e usar o título de arquiteto e urbanista de forma provisória para fins de exercício profissional.
(D) O cancelamento do registro profissional efetuado pelo CAU/UF competente decorre de pedido de desligamento do CAU, bem como de falecimento do profissional.
(E) A suspensão do registro profissional implica a extinção do vínculo jurídico do arquiteto e urbanista com o CAU, e o profissional não continuará pertencendo ao quadro de profissionais inscritos.

QUESTÃO 57

Segundo a definição descrita no glossário anexo à Resolução CAU/BR nº 21/2012, a "atividade que se constitui de exame e verificação de obediência a condições formais estabelecidas para o controle de processos e a lisura de procedimentos" refere-se à (ao)

(A) análise.
(B) perícia.
(C) auditoria.
(D) experimentação.
(E) monitoramento.

QUESTÃO 58

Consoante o glossário anexo à Resolução CAU/BR nº 21/2012, assinale a alternativa que indica a definição de reabilitação.

(A) Recuperação do edifício, usualmente para a mesma função.
(B) Atividade que consiste em conservar espaços edificados e urbanos, estruturas, instalações e equipamentos em bom estado de conservação e operação.
(C) Recuperação da unidade primitiva do edifício, monumento ou sítio e suas artes integradas.
(D) Atividade que consiste em recuperar ou consertar obra, equipamento ou instalação avariada, mantendo suas características originais.
(E) Conjunto de operações destinadas a aumentar os níveis de qualidade de um edifício, de modo a atingir a conformidade com exigências funcionais para as quais o edifício foi concebido.

QUESTÃO 59

A Resolução CAU/BR nº 93/2014 estabelece as condições e os procedimentos para emissão de certificados pelos CAU/UF, concedidos a arquitetos e urbanistas ou a pessoas jurídicas de Arquitetura e Urbanismo. No que concerne ao conteúdo dessa resolução, assinale a alternativa correta.

(A) Considera-se "sem débito" o arquiteto e urbanista ou pessoa jurídica de Arquitetura e Urbanismo adimplente no que se refere a anuidades, taxas e multas decorrentes de auto de infração ou sanção disciplinar no âmbito do CAU/UF.
(B) O prazo para análise e comunicação ao interessado por parte do CAU/UF é de até 15 dias úteis, contados da data de cadastro do requerimento no Sistema de Informação e Comunicação do CAU (SICCAU).
(C) Pela emissão de Certidão de Acervo Técnico com Atestado (CAT-A), será cobrada uma taxa de expediente no valor equivalente a duas vezes a taxa de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).
(D) A Certidão Negativa de Débito (CND) é o documento que certifica, para os efeitos legais, que a pessoa jurídica de Arquitetura e Urbanismo encontra-se com registro ativo e sem débito no CAU.
(E) A Certidão de Acervo Técnico (CAT) poderá ser anulada se for constatado que contém informações inverídicas, sem necessidade de instauração de processo administrativo.

QUESTÃO 60

Conforme o conteúdo da Resolução CAU/BR nº 150/2017, que trata da fiscalização do cumprimento do salário mínimo profissional do arquiteto e urbanista, assinale a alternativa correta.

(A) O valor do salário mínimo profissional devido aos arquitetos e urbanistas será definido de acordo com o cargo e as funções desempenhadas no exercício do trabalho.
(B) Para jornadas de trabalho de seis horas diárias, o salário mínimo profissional será fixado no valor equivalente a quatro vezes o salário mínimo nacional.
(C) O salário mínimo profissional é a remuneração mínima efetiva devida, por força de contrato de trabalho, aos arquitetos e urbanistas com relação a empregos, cargos, funções e desempenho de atividades técnicas relacionadas ao exercício da Arquitetura e Urbanismo.
(D) Para jornadas de trabalho inferiores a oito horas diárias, o salário mínimo profissional será fixado de forma proporcional, respeitado o parâmetro de 0,5 salário mínimo por hora de trabalho.
(E) Para jornadas de trabalho superiores a seis horas diárias, o salário mínimo profissional será fixado da seguinte forma: até a oitava hora, na forma de seis salários mínimos; para as horas que excederem a oitava hora, o valor equivalente a uma vez o salário mínimo nacional acrescido de 30% para cada hora.

Área livre

O R I E N T A Ç Õ E S

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova é composta por 1 (uma) questão discursiva.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição de texto definitivo, acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de questões, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada com o número 1 na página inicial da folha de texto definitivo. A falta de observação dessa orientação acarretará a anulação da prova do candidato.

P R O V A D I S C U R S I V A

Leia, com atenção, os textos a seguir.

Texto 1

Cabe ao proprietário de unidade autônoma de condomínio:

Antes do início da obra de reforma: Encaminhar ao responsável legal da edificação o plano de reforma e as documentações necessárias que comprovem o atendimento à legislação vigente, normalização e regulamentos para a realização de reformas.

Durante as obras de reforma: Diligenciar para que a reforma seja realizada dentro dos preceitos da segurança e para que atenda a todos os regulamentos.

Após as obras de reforma: Atualizar o conteúdo do manual de uso, operação e manutenção do edifício e o manual do proprietário, nos pontos em que as reformas interfiram conforme os termos da ABNT NBR 14037. No caso de inexistência deste manual da edificação reformada, as intervenções que compõem a reforma devem ter o manual de uso, operação e manutenção elaborado conforme a ABNT NBR 14037.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. *Normas de reformas ABNT*: conheça as regras para condomínios e moradores. Disponível em: <caubr.gov.br>. Acesso em: 5 ago. 2023.

Texto 2

NBR 16280 - alteração, dezembro 2020:

Seção 4, item b: - Apresentação de toda e qualquer modificação que altere ou comprometa a segurança da edificação ou do seu entorno e sistemas comuns da edificação à análise da incorporadora/construtora e do projetista, acompanhada dos devidos documentos de responsabilidades técnicas dentro do prazo decadencial (legal). Após esse prazo, um responsável técnico designado pelo proprietário, ou possuidor ou responsável legal deve efetuar a análise, acompanhada da emissão dos devidos documentos de responsabilidade técnica**,** observadas as competências profissionais regulamentares.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 16280 – Reforma em edificações – Sistema de gestão de reformas – Requisito*. Emenda 1, de 22 de dezembro de 2020.

Considerando que os textos apresentados têm caráter meramente motivador e com base no mencionado regramento, redija um texto dissertativo-argumentativo com o tema "A importância da NBR 16280 para ordenamento dos processos de reforma em edificações e a influência positiva da norma NBR 9050 para a elaboração dos projetos das obras de reforma". Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) as etapas de obras de reformas;
b) os requisitos para antes, durante e depois de uma reforma em um prédio, ou em uma unidade, e a pertinente documentação mínima necessária para que o condomínio/síndico possa autorizar o início e a plena execução das obras de reforma (apresentar, no total, seis itens, sendo o mínimo de um por fase); e
c) explicação acerca de como se aplica a acessibilidade a edificações nos projetos e nas obras de reforma de edificações.

Área livre – folha de rascunho na página seguinte

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

PROVA APLICADA

ATENÇÃO

Aguarde a autorização do fiscal para iniciar a prova.

PROVA APLICADA

Realização iades

Instituto Americano de Desenvolvimento